

ACRÉSCIMO ILEGAL

GABRIEL LORDÉLLO/03-11-11



Anunciadas em 2006 com valor estimado em R\$ 15 milhões, as obras do Tancredão só foram concluídas em dezembro de 2011, com custo total de R\$ 41,6 milhões

Reajuste no valor da obra do Tancredão foi acima do permitido

É o que aponta relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado

▄ KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

Desde o início das obras do Parque Tancredão, em Vitória, em 2008, foram feitas tantas mudanças contratuais que o valor total reajustado acabou ficando acima do percentual permitido por lei, que é de 25%. O valor inicialmente orçado era de R\$ 26,3 milhões. Com aditivos, subiu para R\$ 32 milhões em 2010, com as obras ainda em execução. Isso representa índice de reajuste de 30%.

Foi o que apontou o relatório da área técnica do Tribunal de Contas do Estado (TCES), que identificou outros itens irregulares na licitação e execução da obra. O parecer foi integralmente acompanhado pelo Ministério Público de Contas (MPC), responsável por fazer a representação original que culminou no relatório.

As obras do Tancredão foram anunciadas em 2006, com um valor estimado em R\$ 15 milhões. Mas em 2008, quando iria de fato começar, a obra foi

DEVOLUÇÃO

2,2 milhões

É valor que pode vir a ser ressarcido

orçada em R\$ 26,3 milhões. Em 2010, o valor subiu novamente para 32 milhões, após aditivos de contrato.

DEFICIENTE

O próprio projeto básico das obras foi considerado deficiente. “A planilha orçamentária que compõe o projeto básico de licitação não contemplava ou contemplava em quantidades inadequadas, serviços importantes para a execução das obras”, diz trecho do relatório.

O documento cita que uma nova licitação, que dividiu a obra em duas etapas, teve que ser feita para sanar essas deficiências. Com o desmembramento da obra em duas, foi acrescido valor de R\$ 9,75 milhões para a execução da segunda etapa da obra.

A obra do Tancredão só

foi concluída em dezembro de 2011, a um custo total de R\$ 41,6 milhões.

Outra suposta irregularidade apontada pelos técnicos do tribunal estão cláusulas que comprometem o caráter competitivo da licitação. Uma das cláusulas exigia que as empresas interessadas entregassem suas propostas orçamentárias cinco dias antes da data marcada para a abertura dos envelopes de habilitação.

No entendimento da área técnica, isso iria permitir que empresas poderiam acordar um valor. O relatório identificou também pagamento indevido para execução de um dos serviços contratados.

Caso os pareceres da área técnica do TCES e do MPC sejam acompanhados pelos conselheiros do Tribunal de Contas, os gestores e empresas contratadas para executar os serviços terão que ressarcir em conjunto aos cofres públicos R\$ 2.227.976,17, além de pagamento de multa individual.

A Prefeitura de Vitória informou que assim que tomar conhecimento dos questionamentos prestará todos os esclarecimentos aos órgãos de controle.

PARA ENTENDER

Auditoria

▼ Irregularidades

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado apontou supostas irregularidades em contrato da obra do Parque Tancredão, em Vitória

▼ Itens

Entre os itens irregulares está o reajuste do valor da obra acima do permitido por lei. O índice máximo teria que ser de 25% mas chegou

a 30%. A primeira licitação previa contrato de R\$ 26,3 milhões, mas foi para R\$ 32 milhões

Tancredão

▼ Obras

A Prefeitura de Vitória anunciou a obra em 2006, com valor inicial de R\$ 15 milhões. A obra começou em 2008, com orçamento de 26,3 milhões

▼ Reajuste

Em 2010, o valor foi

reajustado para R\$ 32 milhões

▼ Desmembramento

Uma nova licitação foi feita e a obra foi desmembrada em duas, com valor a mais de R\$ 9,75 milhões, para execução da segunda etapa da obra

▼ Conclusão

A obra foi concluída em dezembro de 2011 ao custo total de R\$ 41,6 milhões

Quiosques: faltou economia na compra de materiais

▄ O relatório da área técnica do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES) apontou também supostas irregularidades em contrato de licitação de 2008 para manutenção de áreas verdes em Vitória e no contrato para construção de quiosques na Praia de Camburi.

Em relação aos quiosques, entre os itens apontados estão início das obras

sem adequado projeto básico, restrição da competitividade da licitação e inobservância ao princípio da economicidade, com compra de “materiais com qualidade superior aos usualmente utilizados em outras obras executadas” pelo município.

Já sobre o serviço de manutenção de áreas verdes, o problema estaria no quantitativo da mão de

obra. Em comparação a serviço similar contratado em 2001, o número de trabalhadores do novo contrato era maior e a produtividade, menor.

Assim como ocorreu no caso do Tancredão, o Ministério Público de Contas também acompanhou totalmente o parecer da área técnica e aguarda agora decisão do Plenário do Tribunal de Contas.